



LEI MARIA DA PENHA

16 anos na defesa dos direitos das mulheres

Garantia de avanços na luta contra a violência, legislação faz aniversário hoje, com progressos e desafios pela frente

» TAÍSA MEDEIROS

Em 2021, em média, uma mulher foi morta a cada sete horas no Brasil apenas por sua condição de ser mulher. Foram 1.319 vítimas de feminicídio no último ano, segundo o levantamento “Violência contra mulheres em 2021”, compilado pelo Fórum de Segurança Pública. O número é registrado em um país que possui uma legislação referenciada mundialmente pela Organização das Nações Unidas (ONU) no âmbito da proteção das mulheres: a Lei Maria da Penha.

Sancionada em 2006, a Lei Maria da Penha completa hoje 16 anos. A norma foi uma virada de chave para tornar mais rigorosas as penas contra crimes de violência doméstica, e é considerada pelo Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem) uma das três leis mais avançadas do mundo, entre 90 países que têm legislação sobre o tema.

A coordenadora de pesquisa e impacto do Instituto Avon, Beatriz Accioly, atua há mais de uma década na área de proteção à mulher, e acompanhou, ao longo dos anos, o impacto positivo da legislação na vida das vítimas. “É um texto de muita qualidade, é uma lei integrada, não é só uma lei penal. Além de punir agressores e responsáveis pelas violências de uma maneira exemplar, diferente do que acontecia antes, quando esses casos iam para a justiça restaurativa e acabavam virando penas de cesta básica ou de serviço comunitário. Eram tratados pelos dispositivos legais como algo de menor potencial ofensivo”, comparou.

Beatriz explicou que a norma traz, em seu cerne, a seriedade e gravidade com a qual um crime contra a mulher deveria ser tratado. Além disso, confere às mulheres mais autonomia. “A lei também traz no seu corpo a ideia de fortalecer a autonomia das mulheres, de educar a sociedade, criar mecanismos e meios de assistência e atendimento multidisciplinar e humanizado às vítimas. Ela inclui valores de direitos humanos nas políticas públicas e traz essas questões do papel da sociedade civil”, destacou. Beatriz enfatizou ainda que é papel de todos — tanto do Estado

quanto da sociedade e de organizações privadas, como o Instituto Avon — atuar juntos para garantir o acolhimento às vítimas.

Apesar de ser uma lei completa e objetiva, há diversas lacunas e desafios nos quais profissionais da área jurídica esbarram quando trabalham na proteção dessas mulheres. “O que nós vemos hoje é que ainda falta acompanhamento jurídico adequado por nós, advogados, e, nisso, sabemos que as instituições fazem o máximo que elas podem. O fato é que a demanda tem aumentado gradativamente. Falta implementarmos as políticas públicas de forma correta e coerente, e respeitando todas as mulheres que são vítimas da violência doméstica e familiar”, explicou a advogada e presidente da Comissão de Combate à Violência Doméstica e Familiar e Relações Íntimas de Afeto da Subseção de Sobradinho da OAB-DF, Gláucia de Oliveira Barbosa Souto.

Olhar para o futuro

Desde a sanção da lei, diversas mudanças foram feitas, tanto em seu próprio texto, quanto na criação de novas normas em decorrência de desdobramentos da Lei Maria da Penha. Um exemplo recente é a inclusão da população LGBTQIA+ no âmbito da proteção garantida pela lei.

“O Superior Tribunal de Justiça (STJ) recentemente fez interpretação extensiva ao grupo LGBTQIA+, tornando a lei aplicável em situações de violência doméstica que envolvam também mulheres trans. Afinal, o objeto da lei é a proteção à mulher. Então, não importa se é uma mulher cis, se é uma mulher trans, se é uma mulher lésbica. As viradas de chave vão acontecendo praticamente todos os anos nos tribunais, com um olhar mais atento e acolhedor com relação aos direitos”, explicou Matheus Oliveira Portela, advogado da Associação das Mulheres de Sobradinho II.

Órfãos do feminicídio

Outra lacuna da norma que é frequentemente discutida é a questão dos órfãos do feminicídio. Em 2021, estima-se que pelo menos 2,3 mil crianças e adolescentes se tornaram órfãos em decorrência de feminicídios no Brasil. O dado do Fórum de

Maurenilson Freire



Agosto Lilás

Agosto é marcado por diversas campanhas de combate à violência de gênero. Conscientização e amparo às mulheres que denunciam são as principais bandeiras.

DADOS — Fórum de Segurança Pública 2021

Apenas 12% das mulheres vítimas de agressão denunciaram em delegacias da mulher e 45% não fizeram nada, por vários motivos, dentre eles medo de represálias.

COMO DENUNCIAR

Além das delegacias, o Disque 180 recebe, 24 horas, denúncias de violência contra a mulher que são encaminhadas aos órgãos competentes. O Disque 100, que recebe denúncias relacionadas à violação de direitos humanos, pode ser acionado nesses casos, 24 horas por dia.

Segurança Pública é calculado a partir dos índices de violência brasileiros e das taxas de fecundidade. Inúmeras formas de amparo são debatidas para acolher os órfãos: recentemente, a deputada Maria do Rosário (PT-RS) protocolou um projeto de lei que sugere a criação de uma pensão especial para esses casos. A proposta ainda não foi analisada.

“Eles não ficam órfãos apenas da genitora. O genitor ou se suicidou ou foi assassinado ou está preso. Quem cuida dessa criança ou adolescente? Os avós, geralmente maternos, não tendo, os avós paternos, dependendo do contexto, e os outros parentes. Nós não temos hoje nenhuma legislação que garanta o direito deles como órfãos, pois ficam à mercê dos cuidados de outras pessoas”, alertou Gláucia. “Tão importante quanto proteger as mulheres, é proteger as crianças que ali se encontram e que tenham presenciado essas agressões.”

Histórico

A Lei Maria da Penha é vista como uma conquista de toda a sociedade. Desde os anos 1970, grupos e organizações que lutam pela garantia de direitos das mulheres se engajavam para a criação de uma norma que visasse a proteção das vítimas da violência. A lei leva o nome de Maria da Penha Maia Fernandes, uma farmacêutica nascida em Fortaleza, no Ceará.

Maria da Penha teve sua história de vida completamente afetada pela violência doméstica que sofreu por parte do marido, o economista Marco Antônio Heredia Viveros. As agressões começaram a acontecer quando Viveiros conseguiu a cidadania brasileira e se estabilizou profissional e economicamente. Agia sempre com intolerância, exaltava-se com facilidade e tinha comportamentos explosivos não só com a esposa, mas também com as próprias filhas.

Em 1983, seu então marido realizou uma tentativa de forjar um assalto para tentar matá-la pela primeira vez com o uso de uma espingarda. O tiro nas costas a deixou paraplégica. Após meses de tratamento e diversas cirurgias, Maria da Penha voltou para casa e foi reclusa em sua própria casa pelo marido. Passados 15 dias de cárcere privado, Marco Antônio fez nova tentativa de assassinato ao tentar eletrocutá-la durante o banho.

Com medo de perder a guarda das filhas pela possível alegação de abandono de lar, Maria da Penha ingressou na justiça para se afastar, com amparo da lei, da casa em que morava. No entanto, sua luta durou 19 anos e seis meses. O caso chamou atenção internacionalmente e, com pressão da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), foi exigido que o Brasil tivesse resposta legal para casos como o de Maria da Penha.

VALE DO JAVARI

PF prende 3 suspeitos de ocultar corpos de Dom e Bruno

Policiais federais cumpriram ontem sete mandados de prisão preventiva e 10 de busca e apreensão em uma ação decorrente da investigação dos homicídios do jornalista inglês Dom Phillips e do indigenista Bruno Pereira. Dos mandados de prisão expedidos pela Justiça, dois foram cumpridos contra pessoas que já estão presas: Amarildo Costa de Oliveira, também conhecido como “Pelado”, e Ruben Dario da Silva Villar, um cidadão colombiano conhecido como “Colômbia”.

Amarildo é um dos suspeitos de participar do crime. Amarílio de Freitas Oliveira, conhecido como “Dedei” e filho de Amarildo, foi preso durante a madrugada em uma danceteria em Atalaia do Norte, cidade do

Amazonas que detém parte do território do Vale do Javari. A PF também prendeu outros dois irmãos de Amarildo. “Colômbia” havia sido preso portando documentos falsos e a PF identificou que haveria fortes indícios de ele ser líder e financiador de uma associação criminosa armada dedicada à prática da pesca ilegal.

Segundo informações do blog da Andreia Sadi, as investigações apontam que “Colômbia” fornece barcos, motores e insumos como adiantamento do pescado ilegal na região do Vale do Javari.

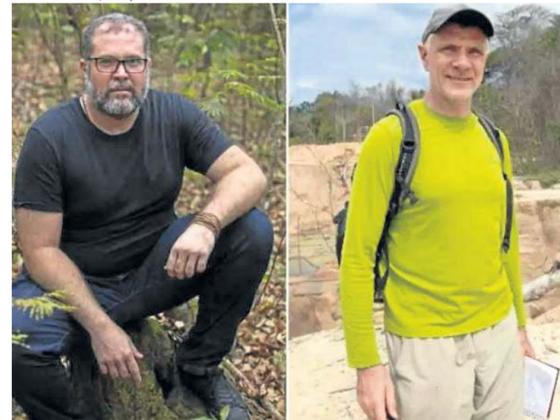
Todos os sete alvos da ação de ontem são suspeitos de participar de uma quadrilha dedicada à pesca ilegal na região do Vale do Javari. Segundo a Polícia

Federal (PF), o grupo exportava grande quantidade de pescado para os países vizinhos. A operação policial foi realizada nos municípios de Atalaia do Norte e de Benjamin Constant, no Amazonas.

O Ministério Público Federal (MPF) informou que solicitou os mandados de prisão preventiva à Justiça, com o objetivo de apurar a ação da quadrilha especializada na pesca ilegal, realizada em terras indígenas e em período de defeso.

Ainda de acordo com o MPF, é investigada a prática dos crimes de associação criminosa armada, pesca ilegal, contrabando, além das conexões do esquema com o caso Bruno e Dom.

Redes Sociais/Reprodução



Operação investiga pesca ilegal onde Bruno e Dom Phillips foram mortos

» Cônsul alemão é preso no Rio após morte de marido

O cônsul da Alemanha Uwe Herbert Hahn foi preso em flagrante por suspeita de homicídio na noite de ontem, após seu marido, o belga Walter Henri Maximilien Biot, 52 anos, ter sido encontrado morto na sexta-feira, na cobertura de um apartamento em Ipanema, na Zona Sul do Rio. Segundo Camilla Lourenço, delegada assistente da 14ª DP (Leblon), onde o caso foi registrado, a versão do alemão, de que o marido havia tropeçado e caído, não era compatível com as marcas encontradas no corpo do belga durante a necropsia. Uwe disse também que o companheiro “tomava pastilhas para dormir” e “bebia muito”. O cônsul sustenta que Biot teria sofrido um mal súbito por volta das 20h de sexta e caído.